



Iniciativas subnacionais de REDD+

Iniciativas subnacionais de REDD+ examina como iniciativas de REDD+ podem ser projetadas e implementadas para que os resultados das mesmas sejam eficazes, eficientes e equitativos e produzam co-benefícios.

Apesar de REDD+ ainda estar sendo negociado em arenas internacionais, cerca de 200 iniciativas subnacionais de carbono florestal já estão em andamento em todo o mundo.¹ Estas intervenções visam aumentar os estoques de carbono florestal em relação aos cenários usuais (ou seja, o cenário se não houvesse a intervenção).

Quão bem sucedidas provavelmente serão estas intervenções? Os seus resultados serão eficientes, equitativos e eficazes? Será que esses resultados produzirão co-benefícios tais como a melhoria dos meios de vida e a proteção da posse da terra de comunidades locais e da biodiversidade? Quais condições e atividades ajudam ou prejudicam essas iniciativas a alcançarem os seus objetivos? Como essas iniciativas podem obter o necessário apoio de populações locais?

Para ajudar a responder a estas perguntas, nós coletamos e analisamos dados de linha de base socioeconômicos e biofísicos em 23 locais onde ocorrem iniciativas de REDD+ em seis países, abrangendo mais de 170 comunidades e cerca de 4500 famílias. Para garantir que os efeitos são atribuídos apropriadamente às iniciativas, nós comparamos os dados antes e depois, e com ou sem uma intervenção.^{2,3}

Estudo Comparativo Global sobre REDD+
ForestsClimateChange.org



Iniciativas subnacionais de REDD+ Pontos-chave

Posse clara e segura é essencial

Para que os resultados sejam eficazes, eficientes e equitativos, os direitos de propriedade sobre as florestas, as árvores e o carbono das árvores devem ser claros.⁴ Para alocar incentivos de REDD+, é preciso ficar claro quem tem o direito aos benefícios.⁵ Se a população local está segura dos seus direitos, ela estará motivada para manejar a terra de forma sustentável. Caso contrário, as pessoas podem ficar relutantes em fazer investimentos de longo prazo; alguns podem até mesmo realizar derrubadas em seus terrenos, como forma de garantir a posse da terra.⁴ Outros podem se opor a REDD+, se temerem que isso signifique que mais pessoas de fora poderão tomar suas terras.⁶ A posse clara também protege os direitos e meios de vida das pessoas e pode impedir uma corrida por recursos quando o valor das florestas aumentar.⁷

Os problemas de posse são abundantes

Na maioria dos países que possuem iniciativas de REDD+, a posse é ambígua e contestada - e, portanto, insegura. Em uma análise de comunidades em cinco países, verificou-se que mais da metade dos entrevistados disseram que alguma de suas posses era insegura.⁷ Em uma análise de iniciativas locais de REDD+ na Indonésia identificou-se que as condições de posse eram insuficientes para a implementação eficaz de REDD+.⁸ Mesmo no Brasil, onde tem ocorrido avanços na definição de posse da terras, foi encontrado que a insegurança fundiária está difundida entre unidades domésticas.⁹

Há necessidade de uma reforma agrária em nível nacional

Os proponentes das iniciativas estão tentando resolver as questões de posse, por exemplo, abordando as causas dos conflitos, demarcando limites através de mapeamentos, desenvolvimento de planos espaciais de uso da terra, identificando os detentores de direitos legais e registrando as propriedades.⁷ No entanto, eles são impedidos, porque os problemas de posse são nacionais em escopo e origem.^{7, 11} Uma ação nacional relacionada à questão fundiária é necessária, mas esta tem sido limitada.⁴ Obstáculos para a reforma agrária incluem a capacidade limitada para demarcação e titulação, a competição de interesses por terras e recursos e barreiras ideológicas.⁴ Além disso é necessário realizar a integração de esforços nacionais e locais relativos a regularização fundiária, a clarificação sobre as políticas internacionais e nacionais de REDD+, e o desenvolvimento de mecanismos para resolução de conflitos.⁷

Para os moradores, os meios de vida vêm em primeiro lugar

Pesquisas mostram que a maioria dos moradores do entorno dos locais de REDD+ esperam que a iniciativa irá melhorar a sua renda e meios de vida, mas eles estão preocupados que a iniciativa possa prejudicá-los ou restringir o seu acesso aos recursos.¹² Muitos expressam um interesse maior na geração de renda do que na proteção da floresta em si. Um estudo na Indonésia, por exemplo, descobriu que as famílias têm pouco interesse em conservar a floresta em pé a menos que esta seja importante para os seus meios de vida.⁸ Isto sugere que REDD+ só será eficaz se ele puder competir economicamente com as atividades que emitem gases de efeito estufa. Iniciativas de REDD+ devem equilibrar a proteção das florestas com as preocupações de bem-estar dos moradores e proteger os meios de vida agrícolas.¹³

Os moradores querem - e devem - ser envolvidos

Moradores pesquisados¹² reportaram querer se envolver e participar de forma significativa em iniciativas de REDD+. Eles também disseram que gostariam que os proponentes se comunicassem melhor, demonstrassem maior transparência, os respeitassem e defendessem os seus direitos;¹² esses desejos refletem alguns salvaguardas do UNFCCC.¹⁴ No entanto, foi encontrado que o conhecimento dos moradores sobre REDD+ e / ou sobre a iniciativa local de REDD+ era geralmente baixo.¹² A maioria das iniciativas desenvolve algumas atividades para obter o consentimento livre, prévio e informado dos moradores, mas nem todas são bem sucedidas e alguns proponentes estão atrasando o desenvolvimento de atividades educativas.⁷ Os proponentes devem informar melhor os moradores sobre REDD+ e envolvê-los no desenho e implementação da iniciativa.

Iniciativas de REDD+ devem equilibrar a proteção das florestas com as preocupações de bem-estar dos moradores e proteger os meios de vida agrícolas.

A posse clara protege os direitos e os meios de vida das pessoas e pode impedir uma corrida aos recursos quando o valor das florestas aumentar.



Países estudados

Brasil
Camarões
Indonésia
Peru
Tanzânia
Vietnã

Problemas de posse comuns^{4,7,10}

- usurpação
- contestação
- competição pela terra
- facilidade de revogação de direitos
- registros de imóveis ultrapassados
- restrições do governo sobre o uso da terra
- restrições empresariais para a utilização da terra
- discrepância entre os direitos consuetudinários percebidos e direitos formais
- sobreposição de títulos ou demandas
- invasão
- conflito
- captura pela elite
- falta de título

Negociações internacionais afetam ações locais

A falta de clareza sobre os rumos que REDD+ está tomando cria incertezas, particularmente quanto à materialização de fato de pagamentos por serviços ambientais (PSA) - central para as políticas de REDD+. Este atraso nas negociações internacionais dificulta a implementação das iniciativas. O desenho das iniciativas tende a combinar PSA com abordagens anteriores para a conservação, de modo que os proponentes possam começar a trabalhar e ter uma opção de recurso. Contudo, o modelo antigo tem um histórico de problemas.¹⁵ Alguns proponentes estão atrasando os esforços para plenamente envolver e informar os moradores, para evitar criar expectativas no caso dos benefícios de REDD+ nunca chegarem.⁷ Além disso, quando (ou se) REDD+ tornar-se totalmente operacional, questões agrárias adicionais provavelmente surgirão, as quais os proponentes só podem tentar adivinhar por enquanto.⁷ Além disso, as salvaguardas sociais devem ser garantidas em nível internacional para gerar ações concretas.¹³



Referências

- 1 Kshatriya M, Sills EO and Lin L. 2011. *Global database of REDD+ and other forest carbon projects*. Interactive map. Bogor, Indonesia: CIFOR.
- 2 Sunderlin WD, Larson AM, Duchelle A, Sills EO, Luttrell C, Jagger P, Pattanayak S, Cronkleton P and Ekaputri AD. 2010. *Technical Guidelines for Research on REDD+ Project Sites with Survey Instruments and Code Book*. Bogor, Indonesia: CIFOR.
- 3 Jagger P, Sills E, Lawlor K and Sunderlin WD. 2010. *A Guide to Learning about Livelihood Impacts of REDD+*. Bogor, Indonesia: CIFOR.
- 4 Larson A, Brockhaus M and Sunderlin WD. 2012. Tenure matters in REDD+: Lessons from the field. In Angelsen A, Brockhaus M, Sunderlin WD and Verchot L, eds. *Analysing REDD+: Challenges and Choices*. Bogor, Indonesia: CIFOR. 153–75.
- 5 Luttrell C, Loft L, Gebara MF and Kweka D. 2012. Who should benefit and why? Discourses on REDD+ benefit sharing. In Angelsen A, Brockhaus M, Sunderlin WD and Verchot L, eds. *Analysing REDD+: Challenges and Choices*. Bogor, Indonesia: CIFOR. 129–52
- 6 Larson A and Petkova E. 2011. An introduction to forest governance, people and REDD+ in Latin America: Obstacles and opportunities. *Forests* 2(1):86–111.
- 7 Sunderlin WD, Larson AM, Duchelle AE, Resosudarmo IAP, Huynh Thu Ba, Awono A and Dokken T. 2013. How are REDD+ proponents addressing tenure problems? Evidence from Brazil, Cameroon, Tanzania, Indonesia, and Vietnam. *World Development* doi: 10.1016/j.worlddev.2013.01.013
- 8 Resosudarmo IAP, Atmadja S, Ekaputri AD, Intarini DY, Indriatmoko Y and Astri P. 2013. Does tenure security lead to REDD+ effectiveness? Reflections from five emerging sites in Indonesia. *World Development* doi: 10.1016/j.worlddev.2013.01.015
- 9 Duchelle AE, Cromberg M, Gebara MF, Guerra R, Melo T, Larson AM, Cronkleton P, Borner J, Sills E, Wunder S, Bauch S, May P, Selaya G and Sunderlin WD. 2013. Linking forest tenure reform, environmental compliance, and incentives: Lessons from REDD+ initiatives in the Brazilian Amazon. *World Development* doi: 10.1016/j.worlddev.2013.01.014
- 10 Sunderlin WD, Larson AM and Cronkleton P. 2009. Forest tenure rights and REDD+: From inertia to policy solutions. Site selection for forest carbon projects. In Angelsen A with Brockhaus M, Kanninen M, Sills E, Sunderlin WD and Wertz-Kanounnikoff S, eds. *Realising REDD+: National Strategy and Policy Options*. Bogor, Indonesia: CIFOR. 139–49.
- 11 Sunderlin WD. 2011. The global forest tenure transition: Background, substance and prospects. In Sikor T and Stahl J, eds. *Forests and People: Property, Governance and Human Rights*. London: Earthscan. 19–32.
- 12 Resosudarmo IAP, Duchelle A, Ekaputri AD and Sunderlin WD. 2012. Local hopes and worries about REDD+ projects. In Angelsen A, Brockhaus M, Sunderlin WD and Verchot L, eds. *Analysing REDD+: Challenges and Choices*. Bogor, Indonesia: CIFOR. 193–208.
- 13 Lin L, Pattanayak SK, Sills EO and Sunderlin WD. 2012. Site selection for forest carbon projects. In Angelsen A, Brockhaus M, Sunderlin WD and Verchot L, eds. *Analysing REDD+: Challenges and Choices*. Bogor, Indonesia: CIFOR. 210–30.
- 14 Jagger P, Lawlor K, Brockhaus M, Gebara MF, Sonwa DJ and Resosudarmo IAP. 2012. REDD+ safeguards in national policy discourse and pilot projects. In Angelsen A, Brockhaus M, Sunderlin WD and Verchot L, eds. *Analysing REDD+: Challenges and Choices*. Bogor, Indonesia: CIFOR. 301–16.
- 15 Sunderlin WD and Sills EO. 2012. REDD+ projects as a hybrid of old and new forest conservation approaches. In Angelsen A, Brockhaus M, Sunderlin WD and Verchot L, eds. *Analysing REDD+: Challenges and Choices*. Bogor, Indonesia: CIFOR. 177–91.

Crédito das fotos

Thomas Munita (capa), Ollivier Girard, Neil Palmer, Marco Simola

Produzido como parte do



**PROGRAMA DE
PESQUISA SOBRE
Florestas, Árvores e
Agroflorestas**



Federal Ministry for the
Environment, Nature Conservation
and Nuclear Safety

Agosto de 2014

cifor.org | blog.cifor.org



Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR)

O CIFOR contribui para o bem-estar humano, a conservação ambiental e a equidade, realizando pesquisas para servir de base para as políticas e práticas que afetam as florestas nos países em desenvolvimento. O CIFOR é um membro do Consórcio do CGIAR. Nossa sede fica em Bogor, na Indonésia, com escritórios na Ásia, África e América Latina.

